

FONTE : JB

CLASS. : 17

DATA : 07 11 87

PG. : 7

IBDF pode anular contratos da Funai com madeireiras

José Rezende Jr.

BRASÍLIA — O IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) poderá cancelar os contratos assinados entre a Funai e empresas particulares para extração de madeira em terras indígenas. A Procuradoria-Geral da República está preocupada com as notícias sobre os acordos e os considera duvidosos. O secretário-geral do IBDF, José Carlos Carvalho disse ontem que os contratos serão analisados à luz do Código Florestal e do Estatuto do índio. Se for constatada qualquer irregularidade, os contratos poderão ser cancelados.

No entanto, em nota de esclarecimento publicada nos jornais locais no dia 10 de outubro, o delegado do instituto em Rondônia, Luís Alberto Guimarães, lembrava que pela Lei nº 7.511, de 86, a exploração de madeira em área indígena "só pode ser autorizada pelo IBDF, através da apresentação e aprovação de projeto de manejo e rendimento sustentado, fato não acontecido nesta delegacia até a presente data".

Ao assinar os contratos, em vários momentos, o presidente da Funai, Romero Jucá, atropelou a proposta de portaria conjunta que ele próprio apresentou em setembro ao IBDF. Logo no primeiro parágrafo, a Funai estabeleceu que "não haverá exploração em áreas onde a população indígena esteja em processo de atração ou seja recém-contactada". Segundo a equipe de indigenistas e antropólogos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), essa regra foi violada pelo menos em dois casos: o dos uru-eu-uau-uau onde uma parte deles foi contactada há pouco tempo, existindo inclusive grupos arredios na área — e dos nhambiquaras, contactados há mais tempo, mas que mal falam o português.

Mais adiante, a Funai condiciona a exploração madeireira ao consentimento da comunidade

de indígena — que não vem sendo ouvida na maioria dos contratos — e propõe que "toda exploração de recursos florestais em áreas indígenas deverá se processar através de licitação Pública". Os contratos assinados pela Funai no entanto estabelecem a exploração através de permuta, o que dispensa a licitação.

O mais grave: no parágrafo 8 a Funai propõe que "o pedido de autorização deverá ser encaminhado pela Funai ao IBDF e está condicionado à elaboração, pela Funai, de programas e projetos destinados ao aproveitamento ou recuperação das florestas, das terras exploradas e à assistência do índio". Isso não foi feito.

"Preocupação" — A Procuradoria-Geral da República manifestou ontem sua "preocupação" em relação aos contratos da Funai com empresas madeireiras. Para o procurador Gilmar Ferreira Mendes, os contratos são, a princípio, "duvidosos", principalmente porque o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, em vez de assinar simplesmente o contrato de compra e venda, optou pela permuta.

A Procuradoria tem motivos para desconfiar da lisura dos contratos porque, ao adotar a permuta, que é um instituto legal, a Funai estaria fugindo da abertura de licitação pública, o que não ocorreria no caso de contrato de compra e venda. Isso porque o Decreto-Lei 2.300, de 21 de novembro de 1986, dispensa de concorrência pública a alienação de bens da União realizada através de permuta.

"É de se estranhar, ainda, que a Funai tenha agido sem consultar o IBDF, como determina a legislação florestal", comentou o procurador, acrescentando que, mesmo diante dessa irregularidade, a atitude da Presidência da Funai não é passível de ação criminal, mas de um processo administrativo. Que poderia, inclusive, determinar o afastamento de Jucá.

Grupos fornecem armas a tribos

PORTO VELHO — As tribos suruí, em Cacoal, e uru-eu-uau-uau, em Jaru, estão sendo armadas por grupos madeireiros com carabinas, pistolas e revólveres para que hostilizem e impeçam o acesso de qualquer autoridade que for às suas reservas investigar a extração comercial de madeira. A revelação é do superintendente estadual da Polícia Federal, Arthur Carbone Filho, que há uma semana instaurou inquérito para apurar o furto de madeira em áreas indígenas de Rondônia.

O aliciamento dos índios também é feito através da oferta de jipes e motocicletas. "Os silvícolas acham, com isso, que os madeireiros estão sendo bonzinhos e ficam do lado desses grupos, revoltando-se contra as autoridades", diz Arthur Carbone, informando que a primeira vítima da hostilidade foi um funcionário da Funai, recebido a bala na reserva dos uru-eu-uau-uau. "Ele quase foi morto. Sua sorte é que os tiros atingiram a coluna da cabine da pick-up

e ele conseguiu fugir com o veículo por uma picada. Estamos aguardando o laudo pericial para comprovar tecnicamente a ação", relata, sem saber se o atentado foi praticado pelos índios ou por jagunços contratados por madeireiras.

A Polícia Federal começou a investigar as denúncias de extração ilegal de madeira em reservas antes mesmo da instauração do inquérito e paralelamente à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa do estado. Com o avanço das apurações, começaram a chegar à Superintendência estadual da Polícia Federal várias denúncias anônimas, feitas da capital e do interior, em telefonemas, cartas e telegramas.

"Até agora, temos denúncias contra seis grupos que se intitulam madeireiros. Já constatamos que alguns deles são aventureiros, ladrões organizados, que vêm para Rondônia e se unem ao comércio ilícito", diz Arthur Carbone.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 17

DATA : 07 11 87

PG. : 7

***Índio denuncia
ação em Cuiabá***

A Superintendência Regional da Funai em Cuiabá tem incentivado a instalação de madeireiras em áreas indígenas, segundo denúncia feita em 31 de outubro, em São Paulo, pelo índio tenharim (do Amazonas) João Bosco em depoimento prestado (e assinado) aos antropólogos Mauro de Mello Leonel Junior, Betty Mindlin e Margarida Valadão, da equipe de avaliação do projeto Polono-roeste.

Segundo a denúncia, uma comissão formada por cinco índios tenharins esteve na Superintendência Regional da Funai em Cuiabá, em setembro, para reivindicar a demarcação de suas terras e a compra de um caminhão e de um gerador. O superintendente Eraldo Fernandes da Silva — que assina a maioria dos contratos entre a Funai e as madeireiras — respondeu que a fundação não dispunha de recursos, mas havia uma solução: a instalação de uma serraria de brancos na área, o que permitiria aos índios comprar o que quisessem.

Segundo os índios, o superintendente chegou a assinar uma autorização para a instalação dessa serraria na área, que ainda não foi concretizada. "Essa é a solução que a Funai apresenta para os índios, à custa da devastação de suas terras", comentou a antropóloga Betty Mindlin, lembrando que Eraldo Fernandes havia dado a mesma sugestão aos índios tupari, aruás e makuraps, da área indígena Rio Branco, onde a Funai assinou contrato com a madeireira Noroeste. (J.R.J.)